

# BANCÁRIOS NA LUTA

Ano IV | 14 de Abril de 2021 | Nº 115

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

## Sindicato começa por Avaré a distribuição de 4 mil máscaras PFF2

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** recebeu na última sexta-feira (9) o lote de 4 mil máscaras PFF2(S) — também conhecidas como N95 — que adquiriu para doar aos bancários da base. A entrega das máscaras de proteção contra o coronavírus teve início nessa segunda-feira (12), em Avaré.

A cidade foi escolhida como ponto inicial da ação do **Sindicato** porque, além de entregar o acessório, os diretores irão divulgar o Projeto de Lei nº 63/2021 — de autoria do vice-presidente da Câmara, vereador Roberto Araújo —, que visa incluir os servidores públicos municipais e os bancários no grupo prioritário da

vacinação contra a Covid-19.

O calendário de distribuição das máscaras em outras cidades será definido ao longo da semana, juntamente com a divulgação de projetos de lei municipais que busquem a proteção da categoria, que desde o início da pandemia, está duramente exposta ao risco de contágio.

Vale lembrar que a compra das máscaras PFF2(S) — modelo mais eficiente contra a Covid-19 e novas cepas — foi uma decisão do **Sindicato** para proteger a vida dos bancários, já que se depender da Fenaban ou dos governos, os trabalhadores continuariam atendendo a população sem esse EPI (Equipamento

de Proteção Individual), em meio a aglomerações, ambientes fechados e sem ventilação necessária para evitar o contágio e a disseminação do coronavírus.

O valor investido pela entidade nessa aquisição foi de R\$ 14 mil. Desde o início da pandemia, o **Sindicato** tem feito o que está ao seu alcance para ajudar a salvar vidas: entregou máscaras de pano para os bancários e clientes dos bancos; comprou testes rápidos de Covid-19 para aplicar nos bancários da base; realizou protestos cobrando respeito dos bancos às medidas de segurança e higiene; entrou em contato com o governador João Doria pleite-



**Roberval Pereira, Paulo Tonon e Alexandre Morales, diretores do Sindicato, distribuíram máscaras em Avaré no dia 12**

ando que o estado considere prioritária a vacinação da categoria; apresentou ideias de projetos de lei aos vereado-

res municipais sobre a instalação de proteção acrílica nas agências bancárias e sobre a vacinação, entre outros.

## Vereador de Avaré apresenta PL para incluir bancários no grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19

No último dia 7, Roberval Pereira, diretor do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** responsável pela sub-sede de Avaré, esteve na Câmara dos Vereadores do município para a apresentação do Projeto de Lei nº 63/2021, que visa incluir os servidores públicos municipais e os bancários no grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19.

De autoria do vice-presidente da Câmara, vereador Roberto Araújo, o projeto tem, basicamente, um único artigo, que estabelece o seguinte: “Todos os Servidores Públicos Municipais do

Executivo e Legislativo e os Profissionais do setor Bancário da Cidade de Avaré terão prioridade no Programa Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID 19.”

A votação do projeto acontece na próxima segunda-feira (12) às 15 horas e é fruto da atuação do Sindicato, que tem dialogado com representantes do poder público de várias outras cidades para pedir o mesmo — a vacinação dos bancários o mais rapidamente possível.

Na justificativa do projeto, o vereador lembra que os

bancários “trabalham em locais de alto risco no contágio da COVID 19, em se tratando de locais fechados, sem ventilação natural e com grande circulação de pessoas”.

Lembra também que os bancários permaneceram cumprindo suas funções durante todo o período da pandemia, “por tratar-se de prestação de serviços considerados essenciais”.

Segundo ele, a categoria é “fundamental quer para manutenção do fluxo de transações financeiras e comerciais, quer para o funcionamento da economia como um todo,

além do atendimento aos

emergenciais advindos do regime de pandemia”.



**Flávio Zandoná, presidente da Câmara, Roberto Araújo, vice-presidente e autor do PL, e Roberval Pereira, diretor do Sindicato**

# Sindicato segue pagando valores que BB e CEF descontaram de quem participou de paralisações

Em assembleia ocorrida em 16 de março, foi aprovado que o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** arque com os descontos sofridos por empregados do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal que cruzaram os braços contra as reformas trabalhista e previdenciária (em 2017) e contra a reestruturação do BB (em janeiro deste ano).

Em resumo, o BB e a CEF trataram esses empregados como quem falta ao trabalho sem justificativa, e não como empregados que participaram de paralisações organizadas por entidades sindicais.

A Constituição garante aos trabalhadores o direito de greve, e as paralisações foram aprovadas em assembleia e comunicadas antecipadamente ao público, conforme manda a legislação. Assim, não havia motivo para os bancos punirem os funcionários.

## Como fazer para receber o dinheiro?

Para poderem receber o pagamento, os bancários prejudicados devem enviar

um e-mail ao **Sindicato** ([contato@seebbauru.org.br](mailto:contato@seebbauru.org.br)) com o assunto “DIAS DE GREVE”, anexando os holerites onde constem os referidos descontos e informando banco, agência e conta para o depósito dos valores correspondentes.

Além disso, é preciso assinar um termo concordando que o **Sindicato** fique com os valores já antecipados em caso de vitória na Justiça.

## Relembre as paralisações

Em 2017, bancários do BB e da Caixa participaram da greve geral do dia 28 de abril, organizada pelas centrais sindicais em protesto contra as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo então presidente Michel Temer. Na época, o BB descontou o



dia e os reflexos. Já a Caixa foi bem mais dura: descontou não só o dia (uma sexta-feira), mas também o final de semana e o 1º de maio (segunda-feira), além dos reflexos nos vales e na licença-prêmio.

O **Sindicato** ajuizou ações contra as medidas, mas, até agora, somente o Banco do Brasil foi condenado a devolver o desconto.

Neste ano, nos dias 29 de janeiro e 10 de fevereiro, funcionários do BB em todo o país cruzaram os braços em protesto contra a reestruturação da instituição. Na base do **Sindicato**, houve paralisações em Agudos, Arealva, Avaí, Fartura, Jacanga, Piraju (foto) e Bauru. Todos os trabalhadores que participaram dos protestos tiveram o dia descontado de seu salário e do vale-refeição.

O **Sindicato** já acionou a Justiça solicitando a devolução dos valores subtraídos. No entanto, como a decisão pode demorar a sair, e considerando que o BB extinguiu a função de caixa, diminuindo a remuneração de muitos funcionários, o **Sindicato** vai arcar com esses descontos.

## SINDICATO ESTÁ À PROCURA DE BANCÁRIOS QUE TRABALHARAM NO

# BANCO REAL

**E QUE NÃO RECEBERAM A PLR ENTRE OS ANOS 2000 E 2005 POR ESTAREM AFASTADOS (DOENÇA OU LICENÇA-MATERNIDADE)**



SE VOCÊ SE ENQUADRA NESSAS CONDIÇÕES, ENTRE EM CONTATO PELO FONE:

 (14) 3102-7270



Em 2005, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** ajuizou ação coletiva pleiteando o pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) para os bancários afastados do Banco Real. Na época, o banco não respeitou o acordo coletivo da categoria que já previa o pagamento da divisão de lucros para qualquer tipo de afastamento, inclusive para licença-maternidade.

Por conta disso, foi acolhido o pedido de pagamento integral da PLR, sem exclusão de períodos de afastamento por doença, acidente de trabalho e licença-maternidade. Em

2019, o **Sindicato** anunciou que estava à procura dos beneficiários dessa ação. No entanto, poucos bancários procuraram a entidade e, agora, se esses trabalhadores não forem encontrados, o juiz do caso irá homologar os cálculos do banco.

Sendo assim, o **Sindicato** solicita com urgência: se você trabalhou no Banco Real entre 2000 e 2005, e durante esse período passou por algum tipo de afastamento, entre em contato com a entidade, através do telefone (14) 3102-7270, para se habilitar nos cálculos dessa vitoriosa ação coletiva!

# TRT-10 mantém contratações pós-liminar que estendeu validade de concurso da Caixa

Ocorreu no dia 7, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), o julgamento do recurso da Caixa Econômica Federal contra a liminar que estendeu a validade do concurso público de 2014. Resultado? A Justiça decidiu a favor das contratações realizadas após o prazo originalmente estipulado no edital.

A liminar havia sido obtida por meio de uma ação civil

pública ajuizada em 2016 pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** aplaude a decisão. De acordo com a Associação de Pessoal da CEF do Estado de São Paulo (Apcef/

SP), a extensão da validade do concurso permitiu a contratação de quase 4,4 mil empregados, e todas as contratações teriam de ser anuladas se o tribunal decidisse o contrário.

Desde a semana passada, quando o julgamento foi inserido na pauta, havia muita apreensão entre esses milhares de empregados — muitos deles pessoas com deficiência (PCD) que foram nomeadas

em cumprimento a uma determinação judicial pelo cumprimento da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91).

O temor era justificável porque, segundo a Apcef/SP, “os empregados que foram contratados graças à decisão pela prorrogação do concurso começaram a receber ofícios do Tribunal de Contas da União (TCU) de um acórdão do Tribunal declarando ilegais

as contratações por terem ocorrido fora do prazo definido no edital, determinando que a Caixa ‘torne sem efeito’ as admissões, caso a liminar que as viabilizou venha a ser derrubada”.

Mas o **Sindicato** alerta: embora a liminar tenha sido mantida, o mérito da ação ainda não foi julgado, e ainda há possibilidade de recurso por parte da Caixa.

# Após reestruturação, BB da Rui Barbosa registra aglomerações e filas extensas

A agência do Banco do Brasil localizada na praça Rui Barbosa, no Centro de Bauru, tem registrado aglomerações e filas extensas nas últimas semanas. Apesar da agência apresentar grande fluxo de pessoas habitualmente, a situação foi agravada após o fechamento da agência Virgílio Malta, em decorrência da reestruturação no banco.

Com a alta demanda de atendimento, os bancários da agência estão extremamente sobrecarregados, já que além de atender os seus clientes e os novos – oriundos da Virgílio Malta –, estão desde o início da pandemia se desdobrando para atender o público com um quadro reduzido de funcionários, por conta de alguns estarem em home office e por o banco não ter

reposto as vagas de cinco trabalhadores que saíram no Programa de Adequação de Quadros (PAQ).

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** entrará em contato com a Regional do banco e com a Superintendência responsável pela agência para que esse problema seja urgentemente solucionado. É inaceitável que os trabalhadores paguem o preço da reestruturação no banco e do fechamento da agência Virgílio, sendo sobrecarregados e tendo que enfrentar aglomerações de clientes em plena pandemia de coronavírus.

A entidade também irá realizar um ato público na próxima semana, denunciando à população o descaso do banco, humanizando os traba-

lhadores que estão sofrendo com tamanha sobrecarga de trabalho e expondo o risco de contaminação nas agências bancárias.

## Enquanto isso...

No mês passado, Fausto Ribeiro, novo presidente do Banco do Brasil, foi contestado – antes mesmo de assumir o cargo – por conta dos diretores do banco aumentarem seus próprios salários em 28%, sem qualquer interferência dos Conselheiros de Administração. Além disso, os diretores também aprovaram a possibilidade da própria continuidade no cargo em caso de aposentadoria.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** repudia a grave postura dos diretores do BB, que às custas do ban-

co público e da reestruturação que reduziu 5.000 postos de trabalho e fechou 160 agências, aumentaram seus próprios salários. Enquanto milhares de bancários tiveram redução salarial devido a reestruturação e muitos tentam concorrer aos cargos disponíveis para fugir dessa

perda, os diretores do banco fazem a “farrá”, tomando essa atitude desonesta. Além disso, é inaceitável que os Conselheiros de Administração do banco permitam esse aumento sem questionar o impacto para as finanças do banco, que tanto falou em economizar. Absurdo!



## PL prevê bancários da Caixa na vacinação prioritária

Na última quarta-feira (7), a deputada federal Celina Leão (PP-DF), relatora do Projeto de Lei nº 1.011/2020 — que amplia a lista prioritária de vacinação contra Covid-19 a 16 categorias —, indicou que deve ser aprovado e entrar no texto-final do projeto, após discussão na Câmara, o destaque que sugere a inclusão nas prioridades de imunização de funcionários da Caixa Econômica Federal que estão realizando atendimento presencial para pagamento do auxílio emergencial. O destaque é de autoria do PCdoB.

“Os funcionários da Caixa são quem pagam todo o auxílio, então eles sempre estarão muito expostos. Uma cidade pode estar em lock-

down, mas a Caixa vai continuar funcionando”, afirmou a relatora.

Segundo Celina, “há muita pressão” de deputados para incluir todos os bancários na fila prioritária de vacinação, mas a inclusão não pode ser feita se não está nos destaques. Desta forma, a categoria poderia ser contemplada somente por meio de outra proposta.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, toda a categoria deveria entrar na lista de prioritários na vacinação contra a Covid-19, já que desde o início da pandemia, o setor foi considerado serviço essencial e os trabalhadores têm enfrentado diariamente o risco de contaminação.

## Bradesco estende testes de Covid-19 aos dependentes e antecipa vacinação contra H1N1

No último dia 31, durante uma reunião com representantes do movimento sindical, o Bradesco informou que vai antecipar para 19 de abril o início da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os empregados. Informou também que está estendendo os testes de Covid-19 aos dependentes dos empregados. Os testes estão sendo viabilizados em laboratórios credenciados em todo o Brasil, do dia 1º até o dia 16 de abril (esta sexta-feira), sem necessidade de pedido médico nem nada.

## Reivindicações

A comissão de representantes que negocia com o Bradesco reivindicou que sejam reforçadas as medidas contra a Covid-19, como

o fechamento das agências que tiverem funcionários doentes, a sanitização dos locais de trabalho e a manutenção do home office.

Também para contribuir com o distanciamento social, os representantes sindicais pediram a suspensão das visitas a clientes, acompanhada de um relaxamento da cobrança de metas abusivas.

Por fim, reivindicaram que o banco antecipe a metade do 13º para este mês de abril, em vez de fazer o pagamento em maio. O Bradesco ficou de avaliar o pedido.

## Negativa

Sobre o pedido de prorrogação do plano de saúde para os desligados no PDV de 2019, solicitada via ofício no último



dia 12, o banco informou que isso não será feito.

## Testes de Covid-19

Os empregados e dependentes que quiserem fazer o teste de Covid-19 podem telefonar para o Ligue Viva Bem (0800 701 1212), serviço que funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, em todo o país. Podem também contatar o serviço pelo e-mail [vivabem@bradesco.com.br](mailto:vivabem@bradesco.com.br). Cuide-se!

# Câmara aprova texto-base de projeto que libera compra de vacina por empresas

Na terça-feira passada (6), a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto de lei que permite que empresas, associações, sindicatos e cooperativas comprem vacinas contra a Covid-19 para imunizar funcionários. O texto seguiu para o Senado.

Atualmente, a legislação permite a compra dos imunizantes pela iniciativa privada, mas exige que todo o estoque seja doado ao SUS (Sistema Único de Saúde) até que a vacinação dos grupos prioritários seja concluída. No entanto, com o PL 948, a legislação será alterada e as empresas poderão usar cota

privada enquanto o governo ainda imuniza os grupos prioritários.

As empresas que quiserem adquirir vacinas, deverão escolher entre doar integralmente as doses ao Sistema Único de Saúde (SUS) para serem usadas no Programa Nacional de Imunizações (PNI); ou aplicar as doses exclusivamente nos seus empregados (sejam eles funcionários, estagiários, associados, autônomos ou prestadores de serviços), de forma gratuita, e doar a mesma quantidade utilizada ao SUS.

O texto também permite a compra de imunizantes que não tenham registro ou au-

torização da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), sendo assim, vacinas autorizadas por agências estrangeiras reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) irão valer para a compra no Brasil. Para importar as vacinas, as empresas terão que contratar estabelecimentos de saúde autorizados, como hospitais, farmácias e clínicas particulares.

Laboratórios que fecharam contratos com o Ministério da Saúde só poderão vender doses ao setor privado quando finalizarem a entrega de todas as doses compradas pelo governo, segundo o projeto.

**POLÊMICA...**



Antes de qualquer medida de vacinação que favoreça quem tem maior poder econômico, o **Sindicato dos Ban-**

**cários de Bauru e Região** defende a vacinação dos grupos prioritários e das categorias definidas como essenciais.

## Governo Bolsonaro é alvo de 709 denúncias de assédio a servidores

Um levantamento feito desde 2020 pela Associação dos Servidores do Ipea e pela Articulação Nacional das Carreiras para o Desenvolvimento Sustentável aponta que o governo Bolsonaro já foi alvo de 709 denúncias de assédio institucional a servidores públicos. De acordo com a pesquisa, o assédio institucional é semelhante ao assédio moral e abrange ameaças, perseguições e constrangimentos, praticados por meio de regras administrativas ou declarações públicas. As denúncias mais recorrentes foram no Ministério da Defesa, com 22 queixas, na Fundação Nacional do Índio (Funai), com 11, e no Ministério da Saúde, com 7.

De janeiro a agosto de 2020, órgãos do governo federal receberam 86 denúncias de casos de racismo dentro da gestão federal, um aumento de 160% em relação ao mesmo período de 2019. Os órgãos com mais denúncias foram o Ministério da Mulher e dos Direitos Humanos, a Universidade Federal de Goiás e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, com sete denúncias cada.

Os dados são do Painel Fala.Br, da Controladoria-Geral da União. Além das denúncias, o portal recebeu 41 comunicações, 10 reclamações, três solicitações e uma sugestão relacionadas ao racismo.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o

governo Bolsonaro não possui qualquer respeito aos servidores públicos. Os trabalhadores que demonstraram insatisfação com o governo foram perseguidos após se manifestarem publicamente e sofreram processos administrativos, judiciais e até demissões. Esse assédio praticado pelo presidente deve piorar se a reforma administrativa (PEC 32/2020) for aprovada, afinal, coloca ainda mais em risco a estabilidade dos funcionários.

A entidade também repudia os casos de racismo. Os envolvidos devem ser punidos por esse crime de preconceito e discriminação. Vale lembrar que, para Bolsonaro, não existe racismo no país.



**Marcos Tinoco**

O mais recente “Sem Tarifa”, programa do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** veiculado em seu canal no YouTube, conta com a participação de Marcos Tinoco, diretor do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte. Numa conversa com Alexandre Morales e Paulo Tonon, diretores do **Sindicato**, Marcos fala sobre a necessidade de incluir os bancários no grupo prioritário da vacinação, os números de bancários atingidos pela pandemia, a falta de planejamento dos bancos e governos, as manifestações “Fora Bolsonaro” e as estratégias da classe trabalhadora para superar esse período terrível da história brasileira. O programa também fala da distribuição de 4 mil máscaras PFF2 que será realizada pelo **Sindicato** nas próximas semanas e a postura negacionista da prefeita de Bauru, Suellen Rosim, que afirma que o *lockdown* “não funciona”.

### BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Bauru e Região  
www.seebbauru.org.br  
contato@seebbauru.org.br

**Edição:** Diretoria do Sindicato. **Redação e Diagramação:** Diego Teixeira e Estela Pinheiro (com Diretoria do Sindicato).  
*Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato.*

**Sede:** Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

**Subsede Avaré:** Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114.

**Subsede Piraju:** Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6. Fone: (14) 99838-1160.

@seebbauru

sindicatobancariosbauru

@bancariosbauru

sindicatobancariosbauru